

UM ENSAIO SOBRE A NOVA INFLAÇÃO BRASILEIRA

SILVEIRA FILHO, J. da¹

RESUMO - Este artigo se propõe a repensar a ciência. Recomenda nova faceta de reflexão ainda não incorporada pela ciência econômica no que diz respeito ao comportamento inflacionário recente. A teoria dominante sobre inflação é de essência monetarista, com causa e efeito em si mesma, aceita como paradigma das principais interpretações acadêmicas. Mesmo assim, não pode ficar estancada a outras contribuições como se a moeda em si encerrasse o centro do universo econômico e como se tudo gravitasse em torno dela. A realidade não é estática. Portanto, a teoria que a interpreta também não. A moeda capta a dinâmica superficial da economia e não as forças que lhe insuflam esse comportamento, originário da ação social humana. E a percepção de nova dinâmica inflacionária, proveniente do desequilíbrio climático e ambiental, provocado pelos atos do homem, exige uma reconstrução do entendimento da conduta dos preços. Portanto, esse breve estudo possui natureza exploratória e eminentemente descritiva. É em verdade uma provocação ao debate. Ele sugere um novo olhar para a questão. O fundamental é compreender a inflação num inusitado contexto capaz de melhor refletir a realidade brasileira.

Palavras-chave: Comportamento da Inflação. Desequilíbrio Climático e Ambiental. Novo Olhar.

An essay about the new brazilian inflation

ABSTRACT - This article is intended to rethink science. It proposes to recommend further reflection facet not yet merged into economics with regard to inflationary behavior. The dominant theory of inflation is from monetarist essence with cause and effect in itself and it is accepted as a paradigm of the main scholarly interpretations. The conventional inflationary theory is monetarist nature but can not be sealed to other contributions as if the currency itself close down the center of the universe and as if all gravitated around it. Reality is not static therefore the theory that explains reality can not be static also. And the perception of new inflationary dynamics, from the climatic and environmental imbalance caused by man, requires a reconstruction of the understanding of the behavior of prices. Therefore, this brief study has exploratory and highly descriptive nature. It is in fact a provocative discussion. It suggests a new look to this issue. The key is to understand inflation in an unusual context and better adapted to the reality of the Brazilian economy.

Key words: Inflationary Behavior. Climatic and Environmental Imbalance. New Look.

¹ Economista e escritor. Graduado pela Universidade Federal do Paraná. Especialista e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela mesma instituição. Professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba da disciplina de Economia Brasileira Contemporânea e Contabilidade Social desde 1998. C-eletrônico: caju1000@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio vai tratar sobre inflação. Não pretende esgotar o assunto. Por isso mesmo é ensaio, longe de iluminar uma diversidade de aspectos relevantes e pertinentes ao tema a merecerem devida tratativa. Inflação é estudo complexo em razão da diversidade de abordagens que pode oferecer. Quantas vezes se mostra enigmático. E ressurgiu para ser outra vez decifrado quando despontam interrogações insólitas em clamor de dúvidas. E estas dúvidas reapareceram como um fantasma. Propõem novas questões de reflexão pois a famigerada voltou a recalcitrar, depois de se crer ter sido apaziguada com o advento do Plano Real a partir de 1994. Abandonou a recém patamares que ainda admitiam convivência absorvível pela elevação da produção e veio se incorporar às conversas do cotidiano do cidadão comum, agora aflito com o subsistir diário. A inflação subtrai poder aquisitivo da renda dos trabalhadores. Assenta incertezas em relação ao comportamento futuro dos preços. Restringe as vendas. Atrapalha o cálculo futuro dos lucros por parte dos capitais. E por isso vale reestudo a fim de investigar o que existe de novidade ou se é mera repetição apenas com outras roupagens do já sabido e formulado pela teoria convencional. Requisita tanto novas leituras quanto releituras. E observação arguta da realidade. O propósito é de superar insuficiências na denotação de aspectos mal assimilados ou menosprezados ao se tentar compreender o atual comportamento de alta generalizada, incessante e contumaz dos preços (MANKIW, 1999, p. 613-616). Para aclarar esse arrazoado, é como se estivesse presente uma peça importante no mundo real porém ainda não considerada na montagem do quebra-cabeças da compreensão. Essa nova peça a provocar controvérsias é o motivo desse estudo empírico, para fazer notar o que está em falta na discussão acadêmica. Com isso se consegue enxergar melhor o futuro a fim de perceber as tendências que se delineiam e nortear ações mais frutíferas de política econômica e de participação dos cidadãos.

A peça nova constatada no quebra-cabeça é a resposta a uma investigação a qual se pergunta: De que maneira o desequilíbrio crescente na natureza, provocado pelo homem, já interfere de maneira sensível na inflação brasileira embora sem a devida deferência dos meios acadêmicos?

O presente estudo foi dissecado em 8 secções

simples e claras. A primeira concebe o método de conhecimento ao nortear os caminhos para se procurar a causa. A segunda descreve a origem histórica do problema. A terceira aborda o que aqui se preza como a causa principal do problema. A quarta expõe a manifestação do efeito sobre os preços. A quinta coloca o contexto da economia brasileira na abordagem da teoria convencional. A sexta discute saída alternativa para a situação. A sétima aborda um melhor percurso ao tratamento proposto pela teoria convencional que se conjectura como o correto pelo bom senso acadêmico. A oitava discute um novo modelo de desenvolvimento com sustentabilidade como forma de ataque à causa do problema.

2 METODOLOGIA

Conhecer exige método. O mundo real não revela por si sua essência. As aparências das quais se reveste lhe ocultam o conteúdo. Desvendar-lhe a essência é assimilar seu comportamento verdadeiro em linhas gerais. Mas, é preciso definir o modo pelo qual a consciência vai se apoderar do conhecimento novo. O caminho pelo qual o desconhecido há de se tornar conhecido. No presente estudo, a observação acurada e desde longa data acompanhada, embora sem a intenção inicial de algum belo dia escrever sobre o assunto, consistiu o expediente adotado. A numerosa e amiúde publicação pela imprensa escrita dos inéditos distúrbios climáticos e a predação irracional do meio ambiente lavrou esse estudo. E, nessas poucas linhas, depois se reproduziu a descritiva sintética de tais sucedidos bem como sua conexão ao universo econômico já reinante. Observação do modo de viver dos homens entre si e em relação com a natureza e suas consequências diretas e indiretas sobre a alta dos preços é a tônica desse método. Fugir da explicação convencional que, até agora, tem feito quase somente jus à leitura monetarista. Como se esse mundo real estivesse inerte e o entendimento da moeda o dominasse por inteiro desde séculos. Como se os homens não transformassem a existência concreta e dela não recebessem influência. E como se um dogma escolástico monetarista tivesse de se eternizar no atinar dos homens. (MARX, 1974, p. 107-138)

3 HISTORIOGRAFIA

Qual não foi a surpresa, depois de adormecer nas prateleiras, o recontactar o livro *A Formação da Sociedade Econômica*, do economista estadunidense Robert Heilbroner, da vertente keynesiana. A obra original é de 1975, tendo sido reeditada pelo menos 5 vezes, sendo esta última em 1982, justo o exemplar agora relido. Na primeira ocasião de leitura, decênios atrás, não se prestou atenção à certa passagem emblemática. Com certeza, foi por tê-la ajuizado trivial especulação, talvez improvável desdobramento da ação coletiva humana. Mas, merece completa estima.

Há muitos outros exemplos da escala de nossa incursão tecnológica na biosfera. Mencionamos de passagem o perigo de modificação dos padrões climáticos em consequência da descarga de calor industrial. Um problema afim é o efeito “estufa” que resulta da descarga de dióxido de carbono na atmosfera durante a combustão. O dióxido de carbono atua como armadilha invisível para o calor solar refletido, à semelhança do vidro numa estufa, ameaçando elevar desastrosamente as temperaturas dentro de uma ou duas gerações. (HEILBRONER, 1982, p. 252)

Na ocasião da escrita desta obra, Robert Heilbroner apenas alertava neste trecho para o perigo ameaçador e com data marcada à sua futura ocorrência. A nefasta hora vislumbra ter chegado haja vista os avisos eloquentes que a natureza tem proferido.

4 O EFEITO ESTUFA

Ora pois, o que aparentava elucubração, o tempo se encarregou de testemunhar. Foi tendência rapidamente perceptível em todas as letras. Hoje, à metade do segundo decênio do século XXI, o dito cujo efeito estufa denuncia estar pior do que o outrora previsto, haja vista as evidências em amostra ou a realidade de seus efeitos superando o imaginado. Trata-se de um fenômeno natural. Permitiu a vida na terra ao prender o calor e não deixá-lo escapar da atmosfera para o cosmos. A emissão de CO₂ criou um manto de proteção a fim de proliferar a vida. Porém, a ação do homem ao lançar exponencialmente CO₂ a se somar com o que a natureza produz espontaneamente, conjugada com toda sorte de depredação ambiental, reteve ainda mais o calor. Rompeu o frágil equilíbrio de temperatura e

potencializou seus efeitos. Empurrou o efeito estufa do benéfico equilíbrio da vida à faixa de perigo ao existir do homem. E desandou em processo de agravamento. A aceleração desse fenômeno climático de prender calor, coadjuvada com outras atividades predatórias do homem em relação ao meio natural, irradiador de toda a vida, tanto no capitalismo quanto no socialismo, acabou por surpreender governos, cidadãos comuns, e talvez instituições de pesquisa. A intensificação desse transtorno foi espantosa. Esta é a constatação a que se chega após o acompanhar atento do desdobrar dos acontecimentos. (KRAETZ; ALENCASTRO)

Havia neste globo terrestre algum governo devidamente preparado para essas alterações e com clarividentes providências antecipatórias, que enxergasse com singular nitidez o que poderia acontecer ao meio ambiente diante da advertência dos cientistas? Improvável tamanha antevisão e tanto mais capacidade de intervenção para proteger a natureza. E ademais necessitaria convencer a sociedade, que teria de estar no mesmo patamar de compreensão alcançado pelos estudiosos. Dificilmente se convence quem não está preparado para o convencimento quando o problema é apenas uma previsão e em efetivo quase ninguém atemoriza naquele momento. Soaria como fantasia excêntrica de governos quixotescos.

Décadas transcorridas, percebendo a gravidade do que agora já se encontra em marcha, na tentativa de apelar à consciência coletiva, a Igreja Católica se pronuncia sobre a questão climática e o agir danoso do homem em relação à natureza. Quem cuidava do universo espiritual, por ofício e dever, teve de advertir o universo carnal. O Papa Francisco anuncia a encíclica *Laudato Si*, documento de rara transparência. Reconhece que o homem não pode atuar contra si mesmo ao destruir a natureza do qual é consequência, nem se basear exclusivamente pelo cálculo econômico como balizador da vida. Apresenta a fragilidade planetária, a interconexão do mundo, o significado humanitário da ecologia, a necessidade de discussões sinceras e honestas e culmina com a proposta de um novo estilo de viver. Alerta para a urgência dum desenvolvimento integral e com sustentabilidade. Com a palavra, o Papa Francisco em sua carta aos mortais pecadores:

O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. A nível global, é um sistema complexo, que tem a ver com muitas condições essenciais para a vida

humana. Há um consenso científico muito consistente, indicando que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático. Nas últimas décadas, este aquecimento foi acompanhado por uma elevação constante do nível do mar, sendo difícil não o relacionar ainda com o aumento de acontecimentos meteorológicos extremos, embora não se possa atribuir uma causa cientificamente determinada a cada fenómeno particular. A humanidade é chamada a tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo, para combater este aquecimento ou, pelo menos, as causas humanas que o produzem ou acentuam. É verdade que há outros factores (tais como o vulcanismo, as variações da órbita e do eixo terrestre, o ciclo solar), mas numerosos estudos científicos indicam que a maior parte do aquecimento global das últimas décadas é devida à alta concentração de gases com efeito de estufa (anidrido carbônico, metano, óxido de azoto, e outros) emitidos sobretudo por causa da atividade humana. (LAUDATO SI, 2015, p. 21).

Agora o problema está à vista, na janela de todos. Desafiante dos crédulos e dos incrédulos. Uma anomalia que está abalando mundialmente muito mais que antes as colheitas de grãos e dos hortifrutigranjeiros. A quantidade colhida diminui, porém o gasto realizado para ela, na melhor das hipóteses, permanece igual. O preço de produção aumenta. E nem se menciona o preço de mercado, quando o atacadista compra do produtor para se dirigir ao varejo a fim de alcançar a mesa das famílias, quando atua o preço de comercialização da comida e da bebida, pago nos pequenos mercados e supermercados. E, por decorrência, no caso brasileiro, esse desequilíbrio ambiental foi afetar os recursos hídricos, tanto para dar de beber a população quanto para prover de energia os lares, a indústria, o comércio e os serviços. O nível dos reservatórios caiu assustadoramente. As termelétricas de custo bem mais alto tiveram de ser acionadas como fator de segurança. O custo de produção de energia elétrica aumentou de súbito. E a chuva que se aguardava não apareceu ainda como deveria. Quando muitas vezes sobrevém é tão violenta e caudalosa que o que é para chover ao longo de meses de normalidade, cai em poucas solitárias semanas, tantas vezes se escuta o reiterado comentário nos noticiários de parte dos meteorologistas. E como a cobertura florestal foi tragicamente devastada, o solo fica desprotegido e a água muitas vezes não encontra tempo para descer e abastecer lençóis subterrâneos e matas cujas raízes prendem a água que depois desliza em córregos e rios para as barragens. Rapidamente a súbita umidade evapora pelo escaldante calor passando à atmosfera,

como se malmente tivesse chovido. A proteção das florestas foi retirada. A seca e a inundação se manifestam não mais como eventualidades, mas traços permanentes. São os extremos de frio e calor, seca, chuva e nevasca, que se revelam pelos cinco continentes como a nova e estranha conduta regular da natureza. O desequilíbrio havido por esporádico se torna o costume. Lugares quentes ainda mais quentes, lugares frios, ainda mais frios, lugares chuvosos ainda mais chuvosos, lugares secos ainda mais secos.

5 O REFLEXO SOBRE OS PREÇOS

Nos reflexos sobre a inflação, isto significa elevação de custo de produção dos gêneros alimentícios. Haverá e há forte pressão sobre os custos. Revela-se na diminuição das safras agrícolas. Quebram, por exemplo, a colheita de soja e de milho, dois dos principais grãos produzidos pela humanidade. A safra fica menor. No entanto, o valor gasto permanece na melhor das suposições o mesmo desde a lavra da terra, o semeio, os cuidados exigidos pela lavoura, até o sobrevir da colheita. O valor dividendo se reparte agora por uma quantidade divisora menor. O quociente obrigatoriamente aumenta. O preço de produção no atacado da compra e de comercialização no varejo da venda aumentam. Todos os alimentos que levam soja e milho como matéria-prima primordial, seja para humanos quanto animais, tendem a se elevar. Soja e milho formam as cadeias de derivados alimentares mais extensas de todas. Entram na composição da feitura de milhares de produtos alimentícios. Impactam no preço da carne bovina, no preço do frango, pois ingressaram no preço das rações. Dentre as quebras, diga-se de passagem, foram também afetadas as pastagens para os rebanhos, mais rarefeitas pela seca ou mesmo inundadas pelos aguaceiros. Os hortifrutigranjeiros são os mais prejudicados dado a própria delicadeza biológica bem como são os de mais rápida recuperação.

A alta nos preços livres, como no caso dessa exemplificação com alimentos, determinados via confronto entre oferta e demanda, vigente nos mercados de elevada concorrência das pequenas empresas, pode contaminar os preços administrados, determinados pelas poucas e grandes empresas oligopolistas com elevado grau de concentração, acordos tácitos de preços e dominantes dos mercados

ou até pela formação dos preços de contratos para prestação de serviços que sofrem repasse para ressarcimento (LABINI, 1986, p. 51-68; KON, 1999, p. 33-43.).

A escassez de água potável e o custo cada vez mais alto de sua purificação impacta na composição de custo das bebidas, dos alimentos, da construção civil, da indústria química. Em outra alusão corriqueira, quantas tintas já não se fabricam à base d'água para construção civil e automóveis?... E os detergentes? Seriam um rosário as ilustrações que poderiam ser elencadas para exemplificação na qual a água é fundamental no processo produtivo. Performam uma cadeia de custo entre vários ramos de produção, um dando laço no outro, até chegar aonde não pode ser mais transferido: a classe trabalhadora. Esta tem como principal custo de reprodução existencial a comida e a bebida. Primeiríssimo o gasto com o comer e o beber. O vestir pode esperar, o passear pode esperar e assim os gastos não prioritários ficarão em sobreaviso, segundo uma escala de prioridades, consoante a sensatez das pessoas, que se acredita existir por imposição da sobrevivência. Restringe o comércio de mercadorias e serviços não essenciais. Diminuem as encomendas para a indústria. Os próximos anos ou décadas poderão ser de baixo crescimento e de redução do emprego dado o aumento do consumo dos bens mais essenciais em detrimento daqueles que podem aguardar nas lojas de varejo.

6 A MANIFESTAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O que se quer traduzir é que este tipo de inflação incidente sobre alimentação e bebidas, novidade presentemente enfrentada, mais do que em qualquer outro momento histórico, está mais potente. Tornou-se notória de princípio do século XXI para cá, mais saliente pelos últimos dois anos da gestão de Fernando Henrique, em trânsito por Lula até Dilma, e está longe de, em sua proeminência, ser inflação monetária, de demanda ou de expectativa. É preciso sublinhar ser uma inflação de custo de produção no que traz de substancial e aí sim, é quem sabe

provável, monetária, de demanda ou de expectativa no que traz de acessória. Pode-se afirmar sem receio de exagero, o preço dos alimentos em alta assumiu abrangência planetária. Alguns países afeta mais outros menos, subordinado a sua capacidade de enfrentar a dificuldade. Depende da estrutura de composição de custo, das vias de transporte, da capacidade de armazenagem, da distribuição de renda e até da geografia mais exuberante ou menos de cada nação. O episódio sangrento da Primavera Árabe foi antes uma grave aflição diante do preço da alimentação básica daqueles povos do Oriente Médio e Norte da África, que se transmutou num contundente questionamento político. Enfrentar balas de fuzis e exércitos de peito aberto, somente por um motivo de extrema necessidade e não apenas de ordem democrática, contestatória (COSTA, 2012, p. 44-46).

No caso brasileiro, o custo de produção é agravado pelo transporte rodoviário. Mercadoria nestes rincões é levada por caminhão com custo de frete² e manutenção maior do que o trem, maior do que o navio. De Norte a Sul, de Leste a Oeste numa geografia continental. A isso se somam os pedágios, menor capacidade de carga, o tempo mais alargado de transporte, o risco de acidente, o desperdício pelas estradas, o uso de combustível fóssil em grande quantidade. (LESSA; PADULA; SANTOS, 2010, p. 209-228). A agricultura brasileira armazena somente 72%³ dos grãos colhidos. A americana ensila 100% das colheitas de grãos. Nos EUA, em época de fartura, os grãos podem ser armazenados. E, em época de privação, os grãos são desovados em mercado. Há controle rigoroso sobre os preços, nitidamente na agricultura, considerada pelos EUA e Europa como atividade estratégica, de segurança nacional. Para os estadunidenses não existem preços livres em agricultura. Inexiste livre concorrência aí. Existe preço definido, protegido, com pronta intervenção do Estado.

Nesta situação inflacionária, o volume de emprego será afetado. A população trabalhadora vai com certeza gastar primeiro com a sobrevivência urgente e sensivelmente encarecida gradativamente nos últimos 15 anos. O custo de reprodução da força

² O transporte rodoviário é considerado 5 vezes mais caro do que o ferroviário.

³ A capacidade de armazenagem é de 152 milhões de toneladas de grãos para uma estimativa de colheita de 210, 3 milhões para a safra 2015/16.

de trabalho será sobrelevado pela alimentação mais cara. Haverá uma pressão salarial para cima. E grupo dos preços livres podem contaminar o grupo dos preços administrados. Eles são intercomunicantes. A alta dos preços pode superar a produtividade do sistema econômico. E com o crédito também mais caro, o comércio e a indústria vão se ressentir nas vendas. Haja vista que a renda é dada. A inflação corrói a renda em silêncio e esta conduz facilmente à inadimplência das famílias. Tanto pelos preços quanto pelas taxas de juros mais elevados. A grande maioria da classe trabalhadora brasileira ganha de 1 a 5 salários mínimos. São 85% dos trabalhadores economicamente ativos conforme dados disponibilizados pelas PNADs do IBGE.

A inflação dos alimentos pôde ser acompanhada. Foi captada pelo índice INPC do IBGE, mensurador dos rendimentos das famílias com salários mensais entre 1 e 5 salários mínimos em que o chefe de família deve ser assalariado. Para essas famílias, o item comida e bebida é mais representativo, com peso estatístico maior. O outro índice é o IPCA, medidor oficial do Governo, dado sua abrangência maior. Também é do IBGE. Mensura as famílias entre 1 e 40 salários mínimos. No entanto, o chefe de família não precisa ser assalariado. Nesta mensuração, o peso estatístico de alimentos e bebidas é menor. Ao contrário, o radar do INPC capta com maior agudeza metodológica as variações de preço atinentes à classe trabalhadora majoritária. Notadamente o que sucede com a alimentação e bebidas em que os gastos são maiores. Do advento do Plano Real até 2014, o IPCA ganha do INPC até 2002. Deste ano marco em diante, o INPC ultrapassa o IPCA. Põe sob suspeição algo importante. Alguém poderia contra argumentar em olhar de superfície ter sido a inflação responsabilidade do Governo Lula e Dilma. Com Lula a produção aumentou e a inflação pelo IPCA caiu mesmo com juros interbancários e de mercado ainda elevados, dentre os maiores do mundo. Com Dilma, o crescimento econômico retraiu fortemente. Caiu o consumo das famílias, responsável por 60% da composição do PIB. Mesmo assim, a pressão de alta dos alimentos e bebidas não retroagiu. Era principalmente a manifestação mais cabal dos desequilíbrios naturais em claros sinais de alerta. E não vai arrefecer o ímpeto nas próximas décadas. Esta é a inflação que primeiro desmorona a renda. E nem aqui se escreveu sequer uma linha sobre a especulação internacional desencadeada pelos

grandes bancos de investimento com o preço das *commodities* agrícolas (soja, trigo, milho, açúcar, café, algodão) em que ganham bilhões de dólares no jogo de apostas feito no presente face as expectativas dos preços futuros dos alimentos. São as complexas operações com derivativos. E são preços que se estipulam internacionalmente na Bolsa de Chicago. Lá onde atuam os grandes compradores mundiais, as esmagadoras e firmadores de preço.

7 A ROTA DE FUGA

Para haver crescimento econômico dentro do capitalismo brasileiro resta como pronta alternativa, justamente o artifício do crédito. Capitalismo em si não subsiste sem crédito para conseguir vender a imensa quantidade de mercadorias produzidas pela indústria automatizada e informatizada. Crédito não é distorção. É condição de existência deste sistema. É fator potencializador. Dívida não é crime nem castigo. E na economia brasileira, as taxas de juros de mercado sempre foram historicamente altas e recordistas mundiais. Faz provavelmente um século que é assim o comportamento. Os bancos brasileiros sempre administraram margens brutas elevadas para comercialização do dinheiro de crédito. Eles compram dinheiro de crédito na ponta da captação, no atacado precificado pela taxa Selic, para repassá-lo no varejo na aplicação aos tomadores, notadamente trabalhadores que querem financiar suas compras de utilidades e microempresários, dependurados em dificuldades, que necessitam financiar com frequência o próprio capital de giro, principalmente em final de ano.

No combate à inflação, difundiu-se uma doutrinação, quase ideia fixa. E nada mais desditoso para uma ciência do que o flagelo da ideia fixa. Vira catequese, fé universal transformada em cegueira. A teoria tradicional de inflação é de essência monetarista. E assim se expõe. Há um descompasso entre demanda e produção, denominado hiato. A demanda supera largamente a produção. Tal situação de desequilíbrio se gerou em virtude de moeda disponível além do necessário à circulação de mercadorias e serviços. Disto resulta inflação. Para debelar esse processo de majoração se aplica política monetária restritiva a fim de conter a demanda. Encarecem os juros. Restringe-se o crédito. As compras arrefecem. Os preços caem em razão do menor número de compradores. O desemprego se alastra temporariamente.

(DORNBUSCH; FISCHER, p. 10-33).

Essa lógica funciona de maneira automática, mecânica e rigorosamente interligada, como na formalidade de uma demonstração algébrica. Tal entendimento é justamente o alvo da discussão. Na prática, a inflação é encarada, enquanto política de estabilização promovida por governos, única e exclusivamente como fenômeno de demanda. Não se pondera ou discute outra origem. Mas, não se pode permanecer estante a outras contribuições como se a moeda em si encerrasse o centro da dinâmica da economia e como se tudo gravitasse em torno dela com seu pressuposto poder mágico desestabilizador ou estabilizador.

Portanto, a inflação é encarada o mais das vezes como fenômeno monetário, que começa e termina nele mesmo, que nada ou pouquíssimo deve a outras causas, que deve ser rechaçado com política monetária e fiscal restritivas. Isso equivale principalmente encarecer o preço do dinheiro creditício por diversas maneiras no intuito de estancar o consumo e assim conter a ascensão dos preços, mesmo que o custo social seja o desemprego e a miséria, anunciados como efêmeros. A lógica enunciada de argumentação é a da tragédia salvadora. Afirmar-se um paradoxo. Um curto prazo de desemprego e miséria temporários, pela redução da atividade econômica, conduz ao longo prazo da prosperidade, desde que os preços retrocedam. Inafiançável esta lógica, se o longo prazo é apenas o somatório sucessivo do que acontece a curto prazo.

A maneira precípua do combate infracionário está na manipulação proposital da taxa de juro interbancária, a SELIC, administrada pelo Banco Central. Ela foi colocada acima da inflação. É o suficiente para garantir ganhos reais aos bancos comerciais e estes se defenderem cinicamente da própria inflação. Ao comprarem títulos públicos, eles já sabem que terão ganhos superiores à inflação, após desconto de imposto de renda e consortes. E há um coro de economistas conservadores, estirpe de fino trato, diplomados por notórias academias de culto consagrado à moeda, a pretexto de ciência, que justificam esta prática como salvação incontestada, crença disseminada pela grande imprensa falada e escrita. Ela faria algum sentido se a inflação brasileira em sua substância fosse de excessiva demanda por motivo de crédito facilitado. Não é. É de custo de produção. No que tem de principal. Não

trará resultado eficaz porque vai permanecer elevada em razão do desequilíbrio em curso permanente na natureza, agravado pela estrutura logística de custo brasileira. Inclusive pela ausência de formação de mão de obra técnica agrícola para trabalhar tanto na grande quanto na pequena propriedade. Mais recentemente a mão de obra no campo foi atraída pelo emprego nos serviços nas grandes cidades.

Os juros interbancários elevados vão beneficiar os bancos comerciais em seus ganhos especulativos dos quais compartilham os mega aplicadores rentistas. E é talvez por isso que se insiste no propalado Ajuste Fiscal. Aumentar impostos pelas alíquotas de parte da receita, cortar gastos de parte da despesa, de tal modo que o Estado consiga pagar os intocáveis juros da dívida interna. E lhe sobre um adicional ao investimento público, como se o Estado pudesse alavancar sozinho a sociedade inteira enquanto as vendas declinam. Como se o investimento do Governo pudesse tomar o lugar do consumo das famílias dos trabalhadores, maioria esmagadora da renda disponível. A arrecadação pública deve garantir o pagamento desses juros. Os impostos pagos devem pagar a conta dos juros das aplicações dessa especulação financeira com títulos públicos de crédito. É o superávit fiscal primário. Credibilidade de governo é garantir a rentabilidade do capital financeiro privado.

8 O AVESSO PELO DIREITO

O que se admira é não ter surgido até hoje nesses últimos 30 anos, nenhum governo republicano burguês que colocasse o sistema bancário como suporte da produção capitalista. No lugar aonde deveria estar. É ao contrário. A produção capitalista está a mercê do sistema bancário. A atividade bancária moderna nasceu e se desenvolveu por meio do empréstimo de dinheiro de crédito para financiar negócios, ampliar a renda por antecipação de dinheiro ocioso, gerar emprego. Expandir a produção. Está se tornando ao que parece cada vez mais parasitária. Alimenta-se da especulação assegurada pelo Estado e deixa deteriorar a produção de mercadorias.

Nos EUA, a pátria em que o capital se desenvolveu com exuberância, o Executivo estadunidense, por intermédio do Banco Central, coloca sua taxa interbancária próximo de zero. Fica abaixo da inflação americana. A preocupação primaz deles é

com o crescimento econômico. E a inflação deles é baixa pelo domínio que o próprio capital exerce sobre os preços de produção. Se dependesse de déficit orçamentário e emissão monetária, a inflação dos EUA seria a mais elevada do planeta. Inclusive as margens brutas de lucro lá são muito mais estreitas que as brasileiras. Eles gerenciam pequenas margens. As margens de lucro bruto brasileiras são maiores que o peso dos impostos. Que “mistério” é esse de manter em patamares tão elevados as taxas de juros interbancárias brasileiras, para benefício de quem não obstante a justificativa de combate à inflação?

O ano de 2015 indica estagnação. E os próximos também. A inflação mais alentada roeu a renda nacional, em especial a dos trabalhadores. Ela é estimativa resultante da composição de 9 gastos: alimentação e bebidas; transportes; habitação; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais; vestuário; comunicação; artigos de residência; e educação. A alta dos alimentos está no foco desse movimento. Tem a maior ponderação. Se for tomado o PIB de 2011 a 2013 como referência de cálculo e a inflação oficial acumulada de 18,89%, estimada pelo INPC, a inflação subtraiu em três anos 915 bilhões de reais do

volume de consumo total. Representa grosso modo a diminuição na renda nacional. As mercadorias que poderiam ter sido produzidas e vendidas e não foram. Como se tivessem atado fogo ao dinheiro. E o capitalista não investe num contexto de vendas cadentes. De baixo consumo. A demanda está em declínio ou estagnação. A economia cresce muito pouco ou fica paralisada. A lupa que está se colocando aqui é colocar o fenômeno inflacionário brasileiro, no que tem de principal, como um efeito subliminar da estrutura de custo, produção, distribuição e armazenamento dos alimentos e bebidas.

QUADRO 1 - PERDAS INFLACIONÁRIAS

	PIB R\$	INPC %	PERDA R\$
2011	4.143.013	6,07	251.481
2012	4.392.094	6,19	303.491
2013	4.844.815	5,56	360.616
Total	4.844.815	18,89	915.588

FONTE: IBGE – Cálculos do Autor

9 PROPONDO NOVOS CAMINHOS DAS PEDRAS

A política econômica contracíclica está no uso do crédito para trabalhadores e microempresários por apresentar a resposta mais pronta e imediata. Seria um Ajuste Fiscal às avessas, diminuindo o gasto com os juros de dívida interna em redução gradativa. A indústria poderá vender mais, reduzir margem bruta pela escala ampliada de venda com preço menor. Vendas maiores, combinados com custos unitários menores, contrabalançados por preços inferiores. A inflação pode descer ao invés de permanecer resistente à queda. Seguir com política monetária expansiva, o inverso do praticado até o momento, dado o papel ainda progressista que o

crédito comercial consegue cumprir para atender necessidades inatendidas da maioria da população trabalhadora e de estímulo às vendas. A inflação alta é o argumento à prática política da restrição do crédito. Desde que fosse inflação de demanda, monetária ou de expectativa. A inflação presente é notoriamente de custo de produção. Para debelá-la será necessário inverter o modelo de desenvolvimento calcado em concentração de renda. Construir a armazenagem de grãos que não se tem. As ferrovias e hidrovias que não se tem. Formar a força de trabalho para o trabalho agrícola que não se tem. Soerguer modelo de desenvolvimento capaz de devolver para a natureza o que dela se extrai. Combater a inflação é crescer. E chamar para o acordo os agentes mais influentes formadores de preço.

Aos trabalhadores cabem usar da melhor maneira possível seus salários. Evitar todo e qualquer desperdício. Dos alimentos, dos detergentes, da eletricidade, da água. Conscientizar as famílias de trabalhadores assalariados dessa imperiosidade, pais e filhos. Reunir famílias de amigos e fazer compras comunitárias para regatear preços melhores com os supermercadistas. Estender a mão em solidariedade em uso coletivo do que é mais urgente à vida.

Aprender novos hábitos de utilização e conservação de alimentos. Nem se descarta a hipótese de se cultivar pequenas hortas comunitárias e individuais mesmo nos grandes centros urbanos como forma de atenuar a alta impiedosa de preços. Afinal, os trabalhadores brasileiros mais pobres são malabaristas nas artes de sobreviver com recursos escassos e em assimilar experiências que os ajudem a sobreviver em defesa de cada contado tostão de salário.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, a nova inflação brasileira está emergindo da ação predatória humana no trato com a natureza. Traduz a evidência mais dolorosa do desequilíbrio climático e destruição ambiental. Ambos estão se tornando cada vez mais salientes, contundentes e exasperados em seus efeitos. Imiscuem-se no comportamento dos preços em alta, precipuamente por atingirem os alimentos e bebidas, em que a classe trabalhadora mais numerosa e pobre gasta seus rendimentos. E o gasto maior com o essencial retira da lista o gasto com os confortos a que oferece a civilização.

As safras estão quebrando perigosamente. Regiões agrícolas importantes estão mais expostas às secas ou aguaceiros que se multiplicaram em força. Elevam-se os preços de produção e de mercado agrícolas. Podem transitar dos preços livres aos preços administrados e contratuais. Não existem cercas ou filtros na economia que impeçam esse transladar. E não será a política monetária convencional de juros interbancários hiperbólicos, praticados pelo Banco Central que dará conta desta nova realidade ao lidar de forma tradicional com o que é inusitado.

E esse fenômeno é tanto mais desditoso pela adição da perversa concentração de renda que atinge secularmente a maioria dos trabalhadores brasileiros, da caríssima estrutura rodoviária de transporte de cargas e gentes, da reduzida capacidade de armazenagem de grãos, da ausência de formação de mão de obra técnica na agricultura desde os anos 80, da especulação em escala mundial com alimentos e de uma economia oligopolizada de alto grau de concentração na qual a grande empresa domina mercado, pratica acordos tácitos, estabelece seus preços e preserva margens remuneradoras de lucro.

A proposta alternativa à prática tradicional de combate inflacionário é pelo crescimento econômico. Utilizar a própria política monetária de modo expansivo com redução de juros SELIC e, por conseguinte, da respectiva dívida pública interna com seus pesados encargos financeiros. Escapar pela mesma brecha do crédito ao consumo. Promover o acordo político entre governos, dirigentes sindicais e grande empresa. A inflação pode inclusive arrefecer por aumentar a quantidade vendida, redução de margens brutas de lucro e de custo unitário de produção. Ganhar mais sobre maior quantidade vendida, porém com preços menores. Simples assim de entender na teoria. Mas, difícil de modificar na prática uma compreensão arraigada tradicional, matematicamente formalizada e consagrada de combate à inflação em que o viés monetarista determina que é preciso reter em curto prazo e a todo sacrifício o consumo. Como se o longo prazo não fosse o somatório do que acontece a curto prazo.

Restam ainda algumas farpas de atrevimento acadêmico. Postula-se novo modelo de desenvolvimento. O homem deve devolver à natureza o recurso que dela extrai, pois é esse modo de viver antigo insustentável desequilibrado o semeador das mazelas do presente. Tornou-se claro. E em breve, inegável até pelos meios acadêmicos tradicionais que dão de ombros para a geografia. Que consideram que somente a rigorosa demonstração matemática elegantemente formalizada, que não se desconsidera mérito nem préstimo, é o fio condutor da compreensão da economia.

Há sem dúvida controvérsias a esse tratamento pela expansão creditícia, por hora não cogitadas neste exíguo espaço, utilizado mais para chamar luzes sobre a questão. Porém, em economia o que se trilha são veredas escarpadas de sacrifícios, desde que não sejam impossíveis de vencer. O caminho convencional traçado de combate à inflação por política monetária restritiva como foco do ajuste fiscal está permeado por obstáculos intransponíveis ao incidirem sobre o efeito e não sobre uma causa que no caso brasileiro é completamente dissonante do que se discute nos meios acadêmicos mais prestigiados.

REFERÊNCIAS

“Laudato Si”. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 03 jul. 2015.

CAETANO, M. Problemas climáticos voltam a afetar produção de algodão no oeste baiano. **Valor Econômico**, 19/06/2015, caderno B, p. 10.

_____. Chuvas tendem a afetar plantio de milho. **Valor Econômico**, 7/10/2015, caderno B, p. 12.

COSTA, A. L. M. C. A próxima crise. **Carta Capital**, n. 712, 29/08/2012, p. 44-46.

DORNBUSCH, R. e FISCHER, S. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. p. 10-33.

HEILBRONER, R. L. **A formação da sociedade econômica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982, p. 249-252.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999. p. 33-43.

KRAETZ, G.; ALENCASTRO, M. S. C. Sistema de gestão ambiental, produção mais limpa e ecodesign: diferencial competitivo e inovador para as empresas brasileiras. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, edição n. 16, v. 9, n. 1, jan/jun 2013. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/16/09-sistema-de-gestao-ambiental-producao-mais-limpa-e-ecodesign.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

LABINI, P. S. **Oligopólio e progresso técnico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 51-68.

LESSA, C.; PADULA, R.; SANTOS, G. Considerações sobre energia e logística no Brasil. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 209-228.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. 5a. Tiragem, Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 613-616.

MARTINS, R. A seca da Economia. **Carta Capital**, 04/02/2015, ano XXI, n. 835. p. 40-43.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores, vol, XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 107-138.

ORGIS, G. O clima vai transformar a economia. **Gazeta do Povo**, 19/07/2015, Caderno Economia, p. 2.

RAMOS, C. S. “Bill” faz preço da soja subir em Chicago. **Valor Econômico**, 19/06/2015, Caderno B, p. 10.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. p. 9-27.

SAFATLE, C. Aperto segue mesmo quando juro parar de subir. **Valor Econômico**, 19/06/2015, Caderno C, p. 8.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Capacidade de armazenagem de grãos continua insuficiente no Brasil**. Disponível em: <<http://sna.agr.br/capacidade-de-armazenagem-de-graos-continua>>

insuficiente-no-brasil/>. Acesso em: 31/03/2016.

VOITCH, T. B. Sem saída, restaurantes baixam preços. **Gazeta do Povo**, 03/08/2015, Caderno Economia, p. 15.

ANEXOS

QUADRO 1 – INPC x IPCA

	NI INPC	NI IPCA		NI INPC	NI IPCA
1994	100,00	100,00	2004	239,00	235,98
1995	121,98	122,41	2005	251,07	249,41
1996	133,10	134,11	2006	258,13	257,24
1997	138,88	141,11	2007	271,42	268,69
1998	142,34	143,46	2008	289,01	284,54
1999	154,34	156,28	2009	300,88	296,81
2000	162,47	165,61	2010	320,32	314,32
2001	177,81	178,31	2011	339,77	334,75
2002	204,02	200,66	2012	360,80	354,27
2003	225,20	219,32	2013	380,86	375,20
2004	239,00	235,98	2014	404,55	399,22

FONTE: IBGE - Elaboração do autor

Comentário: A partir de 2002, o INPC supera o IPCA, denunciando o peso de alimentos e bebidas como componente mais expressivo na alta de preços e que sobrecarregam as faixas salariais de menor rendimento. É uma péssima sinalização.

QUADRO 2 – CESTA BÁSICA x INFLAÇÃO X SALÁRIO MÍNIMO

	NI CESTA	NI IPCA	NI INPC	NI SAL MÍN
1994	100,00	100,00	100,00	100,00
1995	106,63	122,41	121,98	142,86
1996	109,25	134,11	133,10	160,00
1997	109,44	141,11	138,88	171,43
1998	119,31	143,46	142,34	185,71

1999	122,63	156,28	154,34	194,29
2000	131,55	165,61	162,47	215,71
2001	150,14	178,31	177,81	257,14
2002	168,26	200,66	204,02	285,71
2003	198,29	219,32	225,20	342,86
2004	210,59	235,98	239,00	371,43
2005	222,29	249,41	251,07	428,57
2006	218,64	257,24	258,13	500,00
2007	240,79	268,69	271,42	542,86
2008	297,00	284,54	289,01	592,86
2009	312,61	296,81	300,88	664,29
2010	321,07	314,32	320,32	728,57
2011	354,72	334,75	339,77	771,43
2012	390,64	354,27	360,80	778,57
2013	440,41	375,20	380,86	888,57
2014	465,93	399,22	404,55	968,57

FONTE: www.portalbrasil.com.br; DIEESE e IBGE - Elaboração do Autor

Comentário: Aqui fica evidente que após 2008, os aumentos da cesta básica superam os dois índices inflacionários. Este é o ponto. Eles estão evoluindo numa escala mais acelerada. Quer dizer que o preço dos alimentos e bebidas está deteriorando com maior agressividade o poder aquisitivo dos trabalhadores de mais baixa renda. E não se coloca ao lado estimativa da caríssima estrutura rodoviária de transporte na participação da formação dos preços de produção e, portanto, da inflação.